

PLANO DE TRABALHO

(Base legal art. 22 da Lei 13.019 e art. 25 do Decreto 8.726)

1. IDENTIFICAÇÃO

Título da Proposta: Pesquisa Diagnóstica sobre a Subnotificação do Trabalho Infantil no Polo Têxtil do Agreste Pernambucano

Instituição Proponente: Associação de Defesa e Promoção da Educação, Saúde e Assistência Social - ASSERTE

CNPJ: 26.831.673/0001-87

Endereço: Av. João Amorim, 342, Centro – João Pessoa/PB

CEP: 58.013-310

Telefone: (83) 3113-5837

Fax:

Responsável pela Instituição Proponente:

Nome: Antônio Isídio da Silva

Endereço: Rua Bancario Aylsio Jose da Silva, 109, Aptº 404, Bancários, João Pessoa-PB

CEP: 58051-315

Telefone: 83 99980-0115

E-mail: isidiopb@gmail.com

Responsável pelo Projeto:

Nome: Márcio Neri Leite

Endereço: Rua São Salvador, 220, Conj. Belo Horizonte

CEP: 13.076-540

Telefone: 19 98422-2681

E-mail: mneri2003@hotmail.com

2. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A ASSERTE – Associação de Defesa e Promoção da Educação, Saúde e Assistência Social atua há mais de 7 anos no Nordeste brasileiro, com um histórico comprovado na defesa intransigente dos direitos de populações vulneráveis. Este compromisso institucional está diretamente alinhado à Política Nacional de Direitos Humanos. A organização é parceira do UNICEF (Selo UNICEF 2025-2028 em 5 estados) e mantém convênios com secretarias estaduais e municipais, evidenciando sua capacidade de articular ações intersetoriais e seu alinhamento com a agenda nacional.

A presente proposta coaduna-se diretamente com o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH III (Eixo 5), ao buscar produzir um diagnóstico aprofundado que "revele a real dimensão" da violação do trabalho infantil, e com o Programa Federal 2062 (Promoção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes).

Diagnóstico e Indicadores Referenciados:

O Brasil registrou 1,607 milhão de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil em 2023 [Ref. IBGE/PNAD 2023]. No estado de Pernambuco, apesar dos esforços que resultaram em uma queda de 28% no número de casos nos últimos anos, o MTE/SIMPETI afastou mais de 19 mil crianças e adolescentes dessa condição apenas em 2023 [Ref. PE/SAS 2025].

No entanto, o foco do projeto, o Polo Têxtil do Agreste Pernambucano (Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama), é um arranjo produtivo com alta informalidade. Auditorias do MTE em 2024 identificaram 301 crianças e adolescentes em situação de trabalho ilegal em apenas oito dias de operação na região, com 91% dos casos concentrados no setor têxtil e atividades incluídas na Lista TIP (Piores Formas de Trabalho Infantil) [Ref. MTE/Agência Brasil 2024]. O alto grau de informalidade e a naturalização cultural do trabalho infantil tornam o indicador de subnotificação o principal problema a ser diagnosticado.

Fontes de Pesquisa:

Ref. IBGE/PNAD 2023: Agência de Notícias IBGE (2024). *Trabalho infantil recua 14,6% em um ano.*

Ref. PE/SAS 2025: Secretaria de Assistência Social de PE (2025). *Pernambuco reduz em 28% o número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil.*

Ref. MTE/Agência Brasil 2024: Agência Brasil (2024). *Audidores identificam 301 menores realizando trabalho infantil ilegal.*

3. JUSTIFICATIVA

O projeto é de fundamental pertinência e urgência, pois se apresenta como uma resposta direta e fundamentada à subnotificação sistêmica do trabalho infantil no Polo Têxtil do Agreste Pernambucano (Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama).

3.1. Aspectos Quantitativos e Contexto da Violação

Apesar de o Brasil ter registrado uma queda no total de casos, atingindo 1,607 milhão de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil em 2023 [Ref. 1], a informalidade e a natureza familiar da produção têxtil no Agreste potencializam a ocultação do problema.

- Pernambuco (Contexto Estadual): O Estado conseguiu reduzir em 28% o trabalho infantil, mas o Sistema de Monitoramento do Programa de Erradicação do Trabalho

Infantil (SIMPETI/MDS) registrou o afastamento de mais de 19 mil crianças e adolescentes dessa condição apenas em 2023 [Ref. 2].

- Agreste (Foco do Projeto): A gravidade da situação na área de foco foi evidenciada por operações de fiscalização. Em 2024, uma megaoperação do Grupo Móvel de Fiscalização do Trabalho Infantil do MTE identificou 301 crianças e adolescentes em situação de trabalho ilegal em apenas oito dias na região. Desse total, 91% dos casos estavam concentrados no setor têxtil (facções e feiras livres), com a maioria exercendo atividades na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP) [Ref. 3].

3.2. Aspectos Qualitativos e Pertinência

O dado de 301 resgates em 8 dias reforça que os números oficiais não refletem a real dimensão da violação. O problema central que esta proposta visa resolver é a lacuna de dados qualificados sobre a subnotificação, que abrange:

- Identificação de Gargalos Institucionais: Analisar as barreiras (logísticas, operacionais e de capacitação) que impedem a rede de proteção (Conselhos Tutelares, CRAS, CREAS) de identificar, notificar e atender efetivamente as vítimas.
- Análise Sociocultural: Mapear a naturalização e a aceitação cultural do trabalho infantil, especialmente em atividades domésticas ou na cadeia produtiva familiar, que dificulta a denúncia e a intervenção.
- Produção de Evidências: Fornecer dados primários robustos e georreferenciados para subsidiar o planejamento de políticas públicas específicas e campanhas de sensibilização que alcancem os focos de subnotificação no território.

A expertise da **ASSERTE**, comprovada em 7 anos de atuação no Nordeste e parcerias com o UNICEF, garante a capacidade técnica para conduzir uma pesquisa de campo ética e rigorosa, transformando a necessidade local em um produto de conhecimento que influenciará a política pública.

Fontes de Pesquisa (Referências):

Ref. 1 (Dados Nacionais): Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *País tinha 1,607 milhão de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil em 2023*. Agência de Notícias, 2024.

Ref. 2 (Dados Estaduais): Governo de Pernambuco, Secretaria de Assistência Social (SAS). *Pernambuco reduz em 28% o número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil*. Notícias, 2025.

Ref. 3 (Dados de Fiscalização): Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). *Audidores identificam 301 menores realizando trabalho infantil ilegal no Agreste de Pernambuco*. Agência Brasil, 2024.

4. OBJETIVOS

4.1 Objeto

Realizar pesquisa diagnóstica nos municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama (PE), para compreender fatores que levam à subnotificação do trabalho infantil no polo têxtil, subsidiando políticas públicas e estratégias de erradicação do fenômeno.

4.2 Objetivo Geral

Realizar pesquisa diagnóstica nos municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, em Pernambuco, para compreender os fatores que levam à subnotificação do trabalho infantil no polo têxtil, subsidiando políticas públicas e estratégias de erradicação do fenômeno.

4.2 Objetivos Específicos

- Identificar fatores socioeconômicos e institucionais que dificultam a denúncia e a fiscalização do trabalho infantil na região.
- Investigar o grau de conhecimento da comunidade sobre canais de denúncia, legislação vigente e instrumentos de proteção à criança e ao adolescente.
- Analisar, sistematizar e publicizar os resultados da pesquisa, disponibilizando subsídios técnicos para a formulação de políticas públicas.

5 CAPACIDADE TÉCNICA E GERENCIAL PARA EXECUÇÃO DO OBJETO.

A Associação de Defesa e Promoção da Educação, Saúde e Assistência Social – ASSERTE possui a experiência, a estrutura física de apoio administrativo e operacional e a equipe especializada necessárias para a execução integral e eficiente do objeto. No entanto, não dispõe de espaço próprio adequado para a realização de grandes eventos, palestras e treinamentos, sendo necessária a previsão de locação em ambientes terceirizados para garantir o conforto e a funcionalidade dessas atividades. A sua atuação de mais de 7 anos no Nordeste, aliada a parcerias de alto nível como a com o UNICEF (Selo UNICEF 2025-2028 em 5 estados), atesta sua excelência e capacidade de gestão em projetos complexos na área de proteção de direitos de crianças e adolescentes. **Estrutura Institucional e Capacidade Operacional**

- **Estrutura Física e Logística:** A ASSERTE possui sede administrativa em João Pessoa (PB) com espaço adequado para a gestão central, coordenação técnica, reuniões estratégica e armazenamento/sistematização de dados. A infraestrutura inclui computadores, acesso à internet de alta velocidade. Para a atuação no Polo Têxtil do Agreste Pernambucano, será mobilizada uma estrutura logística robusta, incluindo a **locação de veículo com motorista** e provisão de combustível, essencial para os deslocamentos mensais da Coordenação e a supervisão dos Pesquisadores Locais nos três municípios (Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama). A Coordenação e a Supervisão dos Pesquisadores precisarão se deslocar de 04 a 06 vezes por mês. Os pesquisadores realizarão a pesquisa e os deslocamentos com fonte do projeto.
- **Processos Gerenciais:** A gestão do projeto seguirá um modelo de gestão por resultados e monitoramento contínuo. A equipe de gestão administrativa e financeira (incluindo o Auxiliar Administrativo e o apoio de **Assessoria e Consultoria Técnica Transferegov**) garante o rigor no acompanhamento orçamentário, a prestação de

contas e o cumprimento das exigências legais, minimizando riscos operacionais e de conformidade.

- **Qualificação e Relação dos Recursos Humanos**

O projeto será conduzido por uma equipe multidisciplinar, composta por atores gerenciais e técnicos, garantindo a fidelidade metodológica e a eficiência do trabalho de campo e da análise.

6. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DAS AÇÕES

O projeto será executado em uma região de alta complexidade socioeconômica e relevância produtiva: o **Polo Têxtil do Agreste Pernambucano**, abrangendo os municípios de **Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama**. Esta região, polo da indústria de confecção do Nordeste, apresenta características geográficas e socioeconômicas que, simultaneamente, facilitam e dificultam a execução do diagnóstico.

Situação Geográfica e Caracterização Local

Os três municípios formam um arranjo produtivo local (APL) semi-integrado, com alta densidade populacional e um fluxo constante de pessoas e mercadorias. A economia é predominantemente baseada na produção têxtil informal e familiar, concentrada em pequenas oficinas (facções) e trabalhos realizados em domicílio. A logística de transporte entre os municípios é razoavelmente estabelecida (BR-104 e estradas estaduais), o que permite o deslocamento da equipe de pesquisa.

Facilidades para a Execução do Projeto

- **Reconhecimento Temático:** O tema do trabalho infantil no setor de confecções é reconhecido pela rede de proteção local, o que facilita a articulação inicial com Conselhos Tutelares, CRAS, CREAS e Secretarias.
- **Concentração Econômica:** A alta concentração da atividade produtiva e das comunidades vulneráveis permite que a pesquisa de campo intensiva (durante os 3 meses de coleta de dados) seja altamente eficiente, otimizando o tempo dos 6 Pesquisadores Locais (2 por município).
- **Base Logística da ASSERTE:** A capacidade da ASSERTE de mobilizar um veículo locado com motorista e suprimento de combustível (conforme detalhado na Capacidade Técnica) garante autonomia logística para a equipe de Coordenação Técnica e de Pesquisa, permitindo a supervisão regular e o transporte seguro de materiais.

Dificuldades

- **Alta Informalidade e Acesso a Dados:** A natureza informal e domiciliar do trabalho infantil dificulta a identificação e o acesso direto às famílias e às facções.
- **Risco de Sub-registro/Não Resposta:** Há uma cultura de naturalização e medo de denúncia, levando a respostas evasivas ou não participação, comprometendo a fidelidade dos dados.

- **Complexidade Institucional:** A articulação entre os sistemas de garantia de direitos dos três municípios pode apresentar ruídos e diferentes níveis de engajamento, dificultando a coleta de dados institucionais.

Estratégia de Mitigação

- Uso de **Amostragem Intencional** (Snowball Sampling e amostragem por cotas) e mobilização de **lideranças comunitárias** e agentes de saúde/assistência já inseridos nos territórios para atuar como mediadores de acesso
- **Capacitação rigorosa dos 6 Pesquisadores Locais** em ética de pesquisa e técnicas de entrevista em profundidade (entrevistas semiestruturadas com linguagem adaptada) e utilização do **KoboToolbox** para anonimização e segurança dos dados coletados.
- A **Coordenação Geral e a Coordenação Técnica** realizarão reuniões de pactuação de escopo e cronograma em cada município no Mês 1, formalizando a parceria e o fluxo de dados com as Secretarias e órgãos de controle

Em suma, as dificuldades geográficas e sociais, típicas de áreas de alta vulnerabilidade, serão sanadas pela experiência de campo da ASSERTE, pela mobilização de uma equipe técnica qualificada e pela adoção de estratégias metodológicas de acesso e coleta de dados comprovadamente eficazes em contextos informais e de risco.

7. PÚBLICO BENEFICIÁRIO

O público-alvo principal do projeto é a população vulnerável dos municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, no Polo Têxtil do Agreste Pernambucano, estimada em cerca de 526 mil habitantes, com foco nas comunidades e territórios que possuem a maior incidência de trabalho infantil na cadeia produtiva de confecções.

Beneficiários Diretos

São os grupos que serão diretamente envolvidos na pesquisa, na capacitação e na utilização imediata dos seus achados:

- **100 Crianças e Adolescentes (Potenciais Vítimas de Trabalho Infantil):** O grupo de interesse cuja realidade será diagnosticada, e que será beneficiado pela produção de conhecimento que resultará em ações de proteção mais eficazes.
- **50 Famílias em Situação de Vulnerabilidade:** Responsáveis e membros familiares envolvidos na cadeia produtiva, que fornecerão dados essenciais para o diagnóstico dos fatores socioeconômicos e culturais da subnotificação.
- **10 Profissionais da Rede de Proteção:** Conselheiros Tutelares, técnicos do CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centros de Referência Especializados de Assistência Social), agentes de saúde, educadores e fiscais do trabalho. Serão diretamente beneficiados com subsídios técnicos e conhecimento aprofundado para aprimorar seus fluxos de atendimento, denúncia e fiscalização.
- **10 Lideranças Comunitárias e Sociedade Civil Organizada Local:** Envolvidas na etapa de validação da pesquisa e na disseminação das informações, atuando como elo entre o projeto e as comunidades.

Beneficiários Indiretos

São os grupos que terão suas ações e políticas públicas influenciadas pelos resultados da pesquisa, resultando em benefícios em médio e longo prazo:

- **10 Gestores Públicos Municipais e Estaduais (Pernambuco):** Prefeituras, Secretarias de Assistência Social, Educação e Direitos Humanos, que utilizarão o Relatório Final (com suas recomendações estratégicas) para a formulação e o aprimoramento de políticas públicas focalizadas de erradicação do trabalho infantil.
- **Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) / Programa SNDCA:** A União, que será beneficiada com dados estratégicos e evidências qualificadas, permitindo o monitoramento mais preciso do problema e a alocação de recursos em ações federais de combate.
- **500 Sociedade Civil e Acadêmica: Pesquisadores, ONGs e Organismos Internacionais (como o UNICEF e a OIT):** que terão acesso aos dados e ao conhecimento gerado para futuras pesquisas, advocacy e desenvolvimento de projetos na região.

8. METAS/ETAPAS/PRODUTOS/RESULTADOS ESPERADOS

Meta	Etapa	Produtos	Indicadores	Resultados Esperados
Meta 1: Pré-Produção Identificar e analisar os fatores socioeconômicos e institucionais que dificultam a denúncia e a fiscalização do trabalho infantil no Polo Têxtil de PE.	Etapa 1.1: Contratação e capacitação da equipe técnica (6 Pesquisadores Locais, Coordenação Técnica e Consultor de Dados).	Equipe multidisciplinar contratada e Relatório de Treinamento.	Nº de profissionais contratados (7/7) e Certificado de Participação na Capacitação (emitido pela CT).	Capacidade operacional instalada e alinhada com a metodologia da pesquisa
	Etapa 1.2: Elaboração, validação e aplicação dos instrumentos de pesquisa (questionários com a comunidade e roteiros de entrevista com a Rede de Proteção).	Protocolo de Pesquisa, Questionários validados e Roteiros de Entrevista finalizados	Nº de instrumentos validados (3/3) e Documento formal de Pactuação Institucional.	Garantia da validade e rigor metodológico na coleta de dados.
	Etapa 1.3: Realização da coleta de dados primários em campo nos 3 municípios (Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama).	Banco de Dados com 1.000 questionários aplicados e 30 Entrevistas em Profundidade realizadas com a Rede de Proteção.	Nº de questionários aplicados (100%) e Lista de Entrevistados (com termo de consentimento assinado).	Obtenção de um volume de dados primários robusto para a análise da subnotificação e seus entraves.
Meta 2: Produção Investigar o conhecimento e a percepção da comunidade sobre os canais de denúncia, legislação e proteção à infância.	Etapa 2.1: Tabulação, processamento e análise estatística dos dados primários coletados em campo.	Relatório Parcial de Análise de Dados (quantitativos e qualitativos) e sistematização de 30 Entrevistas Transcritas.	Relatório Analítico preliminar (aprovado pela CG) e Fichas de Codificação de Análise Temática (Bardin).	Compreensão aprofundada das barreiras socioeconômicas e da percepção cultural que levam à subnotificação.
	Etapa 2.2: Consolidação dos dados para identificar o grau de conhecimento da comunidade sobre canais	Mapa de Conhecimento e lacunas de informação da população sobre	Documento: "Mapa de Conhecimento Comunitário" (aprovado pela CT) e Relatório de	Subsídio claro para a elaboração de campanhas de comunicação e conscientização

	de denúncia (Disque 100, Conselhos Tutelares etc.).	os canais de proteção e denúncia.	Cruzamento de Variáveis Estatísticas (SPSS/Excel).	focadas nas lacunas de informação.
Meta 3: Pós-Produção Analisar, sistematizar e publicar os resultados da pesquisa, disponibilizando subsídios estratégicos para o aprimoramento das políticas públicas.	Etapa 3.1: Elaboração do Relatório Técnico Final de Diagnóstico, incluindo recomendações estratégicas para o MDHC e entes locais	Relatório Técnico Final de 150 páginas (Diagramado, Revisado e impresso).	Versão Final do Relatório Técnico (com ISSN e Ficha Catalográfica) e Documento de Recomendações Estratégicas.	Disponibilização de um documento orientador e embasado em evidências para o aprimoramento das políticas públicas

9. METODOLOGIA

A metodologia adota uma abordagem de Pesquisa Social Aplicada de natureza mista (quali-quantitativa), essencial para diagnosticar a subnotificação do trabalho infantil nos três municípios do Agreste Pernambucano. O plano prevê a coleta de dados primários através de 1.000 questionários estruturados (dados quantitativos) aplicados à comunidade em vulnerabilidade e 30 entrevistas em profundidade (dados qualitativos) com a Rede de Proteção, utilizando uma amostragem intencional, sendo a coleta digitalmente registrada via KoboToolbox e alinhada por uma Capacitação inicial da equipe. O tratamento analítico combina ferramentas estatísticas (Excel/SPSS) com a Análise Temática de Conteúdo (Bardin) e a triangulação dos achados para, ao final dos 12 meses, gerar um Relatório Técnico Conclusivo, garantindo que o conhecimento se traduza em subsídios concretos para a política pública.

A metodologia do projeto é baseada em uma **Pesquisa de Diagnóstico de Abordagem Mista (Quantitativa e Qualitativa)**, com foco na identificação dos fatores que levam à subnotificação do trabalho infantil. A execução será dividida em três eixos principais: **I. Preparação e Capacitação; II. Coleta e Tratamento de Dados; III. Análise e Publicização.** O tempo previsto para a execução integral do projeto é de **12 meses.**

9.1. Descrição Detalhada das Ações e Instrumentos

Eixo	Ação Detalhada	Instrumental Utilizado	Equipe Executora	Duração (Meses)
I. Pré-produção PREPARAÇÃO	1. Capacitação Integrada: Treinamento teórico-prático da equipe de pesquisa e dos agentes da Rede de Proteção.	Slides, Apostilas, Dinâmicas de Grupo e Roteiros de Estudo de Caso.	Coordenação Técnica, Consultor de Dados, Pesquisadores Locais.	Mês 1
	2. Elaboração e Validação dos Instrumentos: Criação do Questionário e Roteiros de Entrevista, seguido de teste piloto para ajuste e validação.	Questionário Estruturado (Quantitativo) e Roteiros de Entrevista em Profundidade (Qualitativo).	Coordenação Técnica e Consultor de Dados.	Mês 1 - 2
	3. Coleta de Dados Quantitativos (Amostra Comunitária): Aplicação de	Questionário Estruturado (focado em percepção,	6 Pesquisadores Locais.	Mês 3 - 8

II. Produção COLETA E TRATAMENTO	1.000 questionários estruturados junto à comunidade (pais, responsáveis, comerciantes) nos três municípios (Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama).	conhecimento de legislação e canais de denúncia.		
	4. Coleta de Dados Qualitativos (Rede de Proteção): Realização de 30 Entrevistas em Profundidade com membros da Rede de Proteção (Conselheiros Tutelares, MPT, CRAS/CREAS) e Grupos Focais.	Roteiros de Entrevista em Profundidade (focados em fluxos de atendimento, barreiras institucionais e subnotificação).	Coordenação Técnica e 6 Pesquisadores Locais.	Mês 3 - 8
	5. Tabulação e Tratamento dos Dados: Inserção dos dados quantitativos em plataforma de análise e transcrição das entrevistas.	Software de Análise Estatística (SPSS/R) e Software de Transcrição.	Consultor de Dados e Coordenação Técnica.	Mês 9
III. Pós-Produção ANÁLISE E PUBLICIZAÇÃO	6. Análise Integrada e Produção do Relatório: Cruzamento de variáveis quantitativas e análise temática (Bardin) das entrevistas para elaboração do Relatório Final.	Análise Temática de Conteúdo e Análise Estatística Descritiva e Inferencial.	Coordenação Técnica e Consultor de Dados.	Mês 10 - 12

9.2. Ações que Demandarão Atuação em Rede

A execução do projeto é intrinsecamente ligada à **Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente (RPCA)**. As atividades de campo (Etapas 3 e 4) demandarão **atuação em rede** com a cessão de informações, agendamento de entrevistas e facilitação do acesso à comunidade.

- **Pactuação Institucional:** Será firmado um Termo de Cooperação (Não-Oneroso) com Secretarias Municipais (Assistência, Educação, Saúde) e Conselhos Tutelares para garantir o engajamento e a credibilidade da pesquisa.

9.3. Detalhamento da Capacitação (Mês 1)

A capacitação é obrigatória e está prevista para o Mês 1 do projeto.

TEMA	CONTEÚDO	OBJETIVO	DURAÇÃO	PALESTRANTE	LOCAL	DATA E HORA
Metodologias de Pesquisa, Ética e Mapeamento de Fatores da Subnotificação do Trabalho Infantil.	Legislação (ECA e TI); Ética em Pesquisa Social; Técnicas de Questionários; Abordagem de Entrevistas Qualitativas e Mapeamento dos Canais de Denúncia.	Assegurar o rigor metodológico da equipe e fortalecer a capacidade de identificação e registro do trabalho infantil pelos agentes da Rede de Proteção.	16 horas (2 dias)	Coordenação Técnica e Consultor de Dados	Sala de treinamento em Caruaru/PE (local estratégico para os 3 municípios do polo).	Mês 1 do projeto, em horário comercial.

CAPACITAÇÃO:

- Público-Alvo: Equipe do Projeto (7) e Agentes da Rede de Proteção (30 - Conselheiros Tutelares, Técnicos CRAS/CREAS).
- Número de Participantes: 37 participantes.
- Carga Horária: 16 horas.

9.4. Contratação de Recursos Humanos

A seleção de pessoal da equipe do projeto será feita por meio de **Chamada Pública**, nos seguintes termos.

- **Observação sobre Natureza de Trabalho:** O regime de contratação para todos os profissionais será de **Pessoa Jurídica (PJ)**. Portanto, o controle de frequência/remuneração é baseado no cumprimento das entregas

Cargo	Perfil Profissional	Atribuições	Nº de Prof	Jornada de Trabalho	Período de Contratação/meses	Remuneração Mensal (PJ)	Atividades a serem desenvolvidas	Relatório das Atividades	Natureza de Trabalho	Controle de Entregas
Coordenação Geral do Projeto	Nível Superior, experiência mínima de 5 anos em gestão	Liderança estratégica, articulação institucional, representação	1	40h semanais	12	R\$ 2.080,00	Gestão (Planejamento, Monitoramento,	Relatório Mensal de Gestão	Pessoa Jurídica (PJ)	Relatório de Gestão e Ata de Reunião

	de projetos sociais/públicos.	perante o MDHC e supervisão geral.					Prestação de Contas).			
Coordenação Técnica de Pesquisa de Campo	Nível Superior (Ciências Sociais Aplicadas/Saúde), experiência em pesquisa de campo e liderança de equipe.	Gestão operacional, liderança metodológica, capacitação da equipe e supervisão da coleta de dados.	1	40h semanais	12	R\$ 2.000,00	Capacitação, Validação de Instrumentos e Supervisão de Campo.	Relatório de Supervisão e Validação	Pessoa Jurídica (PJ)	Protocolo de Pesquisa Validado e Relatório de Campo
Pesquisa do Local	Nível Médio/Superior, experiência em coleta de dados e contato direto com comunidades vulneráveis.	Aplicação de 1.000 questionários e 30 Entrevistas em Profundidade nos 3 municípios-alvo.	6	30h semanais	3	R\$ 3.280,00	Coleta de Dados (Questionários e Entrevistas) e Atuação em Rede.	Ficha de Deslocamento e Relatório de Coleta	Pessoa Jurídica (PJ)	Banco de Dados (KoboToolbox) e Transcrições
Auxiliar Administrativo	Nível Médio/Técnico, experiência em rotinas administrativas e financeiras.	Suporte logístico, organização de documentos, apoio à gestão e arquivamento de NFs.	1	20h semanais	12	R\$ 1.000,00	Rotinas Administrativas, Suporte Logístico e Apoio à Prestação de Contas.	Relatório Mensal de Apoio	Pessoa Jurídica (PJ)	Arquivos Organizados e Fluxo de Pagamentos
Consultoria em Análise de Dados	Nível Superior (Estatística/Ciências Sociais), experiência em SPSS/R e análise qualitativa (Bardin).	Tabulação, processamento estatístico, cruzamento de dados e elaboração dos relatórios analíticos.	1	Consultoria	12	R\$ 1.500,00	Análise e Tratamento de Dados (Quantitativo e Qualitativo).	Relatório Analítico de Fase	Pessoa Jurídica (PJ)	Relatório Analítico e Relatório Final
Coordenador de Comunicação	Nível Superior (Comunicação), experiência em diagramação	Diagramação do Relatório Final, produção de materiais gráficos	1	20h semanais	6	R\$ 3.000,00	Produção Gráfica.	Relatório de Produção e Logística	Pessoa Jurídica (PJ)	Relatório Final Diagramado e Lista de Presença

9.5 O projeto adotará uma abordagem de **Pesquisa Social Aplicada de Natureza Mista (Qualitativa e Quantitativa)**, permitindo uma compreensão abrangente dos fatores de subnotificação do trabalho infantil (TI). O trabalho se divide em três eixos, observando rigorosamente os princípios éticos e a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

9.5.1. Natureza e Abordagem Científica

- **Natureza:** Exploratória e Descritiva, essencial para contextos pouco investigados, como a subnotificação do TI em cadeias produtivas informais.

- **Finalidade:** Aplicada, visando produzir conhecimento diretamente voltado para a transformação da realidade social e o fortalecimento das redes de apoio e proteção à infância.

9.5.2. Universo, Amostra e Instrumentais

O foco geográfico é o Polo Têxtil (Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama). A amostragem será **intencional e não probabilística**, priorizando a relevância dos sujeitos para o objeto de pesquisa.

Instrumental	Sujeitos	Quantidade	Finalidade
Questionário Estruturado	Famílias em situação de vulnerabilidade e atores da cadeia produtiva.	1.000 Questionários (Média de 333 por município)	Coleta de dados quantitativos sobre percepção, conhecimento da legislação e barreiras socioeconômicas.
Roteiros Semiestruturados	Profissionais da Rede de Proteção (Conselhos Tutelares, CRAS, MPT, Saúde).	30 Entrevistas em Profundidade e 10 Grupos Focais.	Coleta de dados qualitativos sobre entraves institucionais, fluxos de denúncia e subnotificação.
Matrizes de Análise Documental	Documentos Institucionais (Relatórios de fiscalização, dados do Disque 100, planos municipais).	50 Documentos	Sistematização de dados secundários e normativos.

9.5.3. Técnicas de Tratamento e Análise de Dados

O tratamento dos dados garante a robustez do diagnóstico através de técnicas avançadas:

- **Análise Quantitativa:** Os dados dos 1.000 questionários serão inseridos e processados utilizando softwares como **Microsoft Excel** e **SPSS** (ou similar). Será realizada estatística descritiva (frequências, médias) e cruzamento entre variáveis (ex.: renda versus conhecimento de canais de denúncia).
- **Análise Qualitativa:** As transcrições das 30 entrevistas e dos Grupos Focais serão submetidas à **Análise Temática de Conteúdo (Método de Bardin)**. Esta técnica permitirá identificar os núcleos de sentido e os padrões de discurso sobre a naturalização e o medo da denúncia.
- **Triangulação Metodológica:** Os achados quantitativos, qualitativos e documentais serão confrontados para garantir a consistência e a profundidade da compreensão do fenômeno da subnotificação.

9.5.4. Execução das Atividades e Atuação em Rede

O cumprimento das metas e a execução das atividades demandarão forte **atuação em rede** com os órgãos locais (Prefeituras, Secretarias Municipais de Assistência Social e Educação).

- **Capacitação:** Será realizada uma Capacitação Inicial para toda a equipe e parceiros da Rede de Proteção, garantindo o alinhamento ético e a padronização dos instrumentos de coleta (Uso do **KoboToolbox** para coleta digital).
- **Logística de Campo:** A Coordenação Técnica e os Pesquisadores Locais utilizarão a locação de veículo e a articulação com lideranças comunitárias (Estratégia de Amostragem Intencional) para acessar as áreas de maior incidência e informalidade, superando as barreiras geográficas e de confiança.

10. DETALHAMENTO DOS CUSTOS

10.1.1 LISTAGEM DE METAS/ETAPAS

META/ ETAPA Nº	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	DATA INÍCIO	DATA TÉRMINO
Meta 1 – Pré-produção - PREPARAÇÃO				
Etapa 1 – Recursos Humanos	Coordenação Geral do Projeto	R\$ 24.960,00	30/12/2025	29/03/2026
	Coordenação Técnica de Pesquisa de Campo	R\$ 24.000,00	30/12/2025	29/03/2026
	Pesquisadores Locais	R\$ 59.040,00	30/12/2025	29/03/2026
	Coordenador de comunicação	R\$ 18.000,00	30/12/2025	29/03/2026
	Consultoria em Análise de Dados	R\$ 18.000,00	30/12/2025	29/03/2026
	Auxiliar administrativo	R\$ 12.000,00	30/12/2025	29/03/2026
Etapa 2 – Serviços de Terceiros	Consultoria Gráfica / Publicações	R\$ 12.000,00	30/12/2025	29/06/2026
	Assessoria e consultoria técnica Transferegov	R\$ 37.500,00	30/12/2025	29/06/2026
Meta 2 – Produção – COLETA E TRATAMENTO				
Etapa 1 - Oficinas	Produtor de Eventos, Coordenador de Eventos	R\$ 18.000,00	01/07/2026	30/09/2026
	Coffe breck	R\$ 4.200,00	01/07/2026	30/09/2026
	Locação sala espaço áudio visuais	R\$ 7.200,00	01/07/2026	30/09/2026
	Locação de veículo motorista e combustível	R\$ 6.000,00	01/07/2026	30/09/2026
Meta 3 – Pós-Produção - ANÁLISE E PUBLICIZAÇÃO				
Etapa 1 - Material de Processamento e Divulgação	Licença de Software / Plataformas	R\$ 3.000,00	01/08/2026	30/11/2026
	Sistematização, Produção e Impressão	R\$ 6.100,00	01/12/2026	30/12/2026

10.1.2 BENS E SERVIÇOS POR META/ETAPA (Planilha a ser preenchida no TRANSFEREGOV)

Esta tabela detalha todos os bens e serviços (incluindo serviços PJ) alocados por Meta e Etapa, garantindo que o **Total Geral** seja de **R\$ 250.000,00**.

META/ Nº	ETAPA	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	DURAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Meta 1 – Pré-produção						
Etapa 1 - Recursos Humanos		Coordenação Geral do Projeto	1	12 meses	R\$ 2.080,00	R\$ 24.960,00
		Coordenação Técnica de Pesquisa de Campo	1	12 meses	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00
		Pesquisadores Locais	6	3 meses	R\$ 3.280,00	R\$ 59.040,00
		Coordenador de comunicação	1	6 meses	R\$ 3.000,00	R\$ 18.000,00
		Consultoria em Análise de Dados	1	12 meses	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
		Auxiliar administrativo	1	12 meses	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00
Etapa 2 – Serviços de Terceiros		Consultoria Gráfica / Publicações	1	12 meses	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00
		Assessoria e consultoria técnica Tranfergov	1	12 meses	R\$ 3.125,00	R\$ 37.500,00
Sub-Total Meta 1						R\$ 205.500,00
Meta 2 - Produção						
Etapa 1 - Oficinas		Produtor de Eventos, Coordenador de Eventos	1	12 meses	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
		Coffe breck	60 pessoas	1	R\$ 70,00	R\$ 4.200,00
		Locação sala espaço áudio visuais	1,00	12 meses	R\$ 600,00	R\$ 7.200,00
		Locação de veículo motorista e combustível	1,00	12 meses	R\$ 500,00	R\$ 6.000,00
Sub-Total Meta 2						R\$ 35.400,00
Meta 3 – Pós- Produção						
Etapa 1 - Material de Processamento e Divulgação		Licença de Software / Plataformas	1	12 meses	R\$ 250,00	R\$ 3.000,00
		Sistematização, Produção e Impressão	200,00	1 meses	R\$ 30,50	R\$ 6.100,00
Sub-Total Meta 3						R\$ 9.100,00
Total Projeto						R\$ 250.000,00

11. LISTAGEM DE BENS E SERVIÇOS POR ELEMENTO DE DESPESA

11.3 SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA - 339039

Esta tabela detalha a consolidação de todos os serviços a serem contratados via Pessoa Jurídica (PJ) para a execução do projeto, abrangendo Coordenação, Pesquisa, Consultorias e Custeio Operacional, conforme a diretriz de execução integral por PJ.

Nº	Descrição	Unidade	Quantidade	Duração	Valor Unitário	Valor Total
1.0	Recursos Humanos					
1.1	Coordenação Geral do Projeto	Mês	1	12 meses	R\$ 2.080,00	R\$ 24.960,00
1.2	Coordenação Técnica de Pesquisa de Campo	Mês	1	12 meses	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00
1.3	Pesquisadores Locais	Mês	6	3 meses	R\$ 3.280,00	R\$ 59.040,00
1.4	Coordenador de comunicação	Mês	1	6 meses	R\$ 3.000,00	R\$ 18.000,00
1.5	Consultoria em Análise de Dados	Mês	1	12 meses	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
1.6	Auxiliar administrativo	Mês	1	12 meses	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00
2.0	Serviços de Terceiros					
2.1	Consultoria Gráfica / Publicações	Mês	1	12 meses	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00
2.2	Assessoria e consultoria técnica Tranferegov	Mês	1	12 meses	R\$ 3.125,00	R\$ 37.500,00
3.0	Oficinas					
3.1	Produtor de Eventos, Coordenador de Eventos	Mês	1	12 meses	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
3.2	Coffe breck	Und	60 pessoas	1,00	R\$ 70,00	R\$ 4.200,00
3.3	Locação sala espaço áudio visuais	Und	1	12 meses	R\$ 600,00	R\$ 7.200,00
3.4	Locação de veículo motorista e combustível	Mês	1	12 meses	R\$ 500,00	R\$ 6.000,00
4.0	Material de Processamento e Divulgação					
4.1	Licença de Software / Plataformas	Mês	1	12 meses	R\$ 250,00	R\$ 3.000,00
4.2	Sistematização, Produção e Impressão	Und	200,00	1	R\$ 30,50	R\$ 6.100,00
Total						R\$ 250.000,00

13. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA DESPESA	CONCEDENTE	VALOR TOTAL
339039	Pessoa Jurídica	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00
	TOTAL		R\$ 250.000,00

14. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO CONCEDENTE		
AÇÃO	RECURSO (R\$)	Desembolso
META 1 / META 2 / META 3	R\$ 250.000,00	12/2025
TOTAL GERAL CONCEDENTE	R\$ 250.000,00	

15. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS METAS/FASE

O cronograma a seguir detalha a duração de cada Meta e Etapa ao longo dos 12 meses de execução do projeto (01/03/2026 a 28/02/2027). O "X" indica o período de duração.

METAS	ETAPAS	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
Meta 1	Identificação de Fatores e Planejamento	X	X	X	X	X	X						
	Etapa 1.1: Contratação e Treinamento	X	X										
	Etapa 1.2: Elaboração e Validação dos Instrumentos	X	X	X									
	Etapa 1.3: Coleta de Dados Primários (Campo)				X	X	X						
Meta 2	Investigação do Conhecimento e Análise							X	X	X	X		
	Etapa 2.1: Tabulação e Análise Estatística							X	X	X			
	Etapa 2.2: Consolidação e Mapeamento de Lacunas										X		
Meta 3	Publicização dos Resultados e Devolutiva								X	X	X	X	X
	Etapa 3.1: Elaboração e Diagramação do Relatório								X	X	X	X	
	Etapa 3.2: Produção Gráfica e Impressão												X
PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO	Planejamento, Monitoramento e Gestão (Geral)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

16. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O processo de monitoramento e avaliação do projeto garantirá a verificação contínua do cumprimento das metas e a medição do impacto gerado nos beneficiários, ocorrendo em três níveis distintos, conforme diretrizes do MDHC:

1. Avaliação Permanente ou de Processo (Monitoramento Contínuo)

Focada no acompanhamento dos trabalhos em períodos curtos, a fim de propor soluções alternativas aos problemas que possam surgir durante a execução das etapas.

Órgãos Envolvidos: Proponente (Coordenação Geral e Técnica).

Mecanismos:

- Relatórios Técnicos Mensais: Elaboração de relatórios detalhados pela Coordenação Técnica, contendo o avanço físico e financeiro das etapas, registro de achados preliminares e eventuais barreiras de campo. Estes relatórios são compartilhados com a Coordenação Geral e ficam disponíveis para a Entidade Concedente (MDHC)
- Reuniões de Acompanhamento (Quinzenais): Encontros virtuais e presenciais da Coordenação Geral e Técnica para alinhamento operacional, revisão do cronograma e tomada de decisões imediatas para correção de rotas.
- Fichas de Verificação de Campo: Utilização de checklists e supervisão direta dos Pesquisadores Locais pela Coordenação Técnica para garantir o rigor ético e metodológico da coleta de dados.

2. Avaliação Periódica de Resultados (Avaliação de Metas)

Realizada na conclusão de cada Meta, medindo as consequências parciais previstas nos Objetivos Específicos e apontando resultados não previstos que aconteceram durante o decorrer do projeto.

Órgãos Envolvidos: Proponente (Coordenação Geral, Coordenação Técnica e Consultoria em Análise de Dados).

Mecanismos:

- Validação de Produtos: Revisão e validação do Protocolo de Pesquisa (Meta 1), do Banco de Dados (Meta 1), e do Mapa de Conhecimento (Meta 2) em reuniões formais.
- Indicadores de Processo (Verificação de Metas): Medição dos indicadores definidos (ex: Nº de entrevistas realizadas; Nº de parceiros mobilizados; Nº de questionários aplicados), confrontando-os com o planejado para realocar esforços, se necessário.

- Relatórios de Fase: Ao final das Metas 1 e 2, serão produzidos relatórios internos com os resultados parciais para balizar as próximas fases de análise.

3. Avaliação Final ou de Impacto (Avaliação Conclusiva)

Realizada após o término das atividades do projeto, medindo os resultados de longo prazo e o impacto alcançado na população-alvo e na sociedade, indicando o processo de ação continuada.

Órgãos Envolvidos: Entidade Concedente (MDHC), proponente e Parceiros (Gestores e Rede de Proteção).

Mecanismos:

- Análise Comparativa: Comparação dos dados primários obtidos (subnotificação, barreiras institucionais) com os indicadores oficiais iniciais da região para mensurar a relevância do conhecimento gerado.
- Relatório Técnico Conclusivo: Elaboração e publicação do Relatório Final, contendo o diagnóstico situacional completo e as Recomendações Estratégicas para o aprimoramento das políticas públicas.

16. FUTURO DO PROJETO

O Projeto “Pesquisa Diagnóstica sobre a Subnotificação do Trabalho Infantil no Polo Têxtil do Agreste Pernambucano” é concebido com foco em geração de conhecimento aplicado, garantindo que sua continuidade se dê através da incidência política e da replicação metodológica, e não pela manutenção da estrutura de custos do convênio.

Ação Continuada e Sustentabilidade

Após o término do convênio, a ASSERTE garantirá a continuidade do impacto do projeto por meio das seguintes ações:

1. **Transferência de Conhecimento:** Os **300 exemplares do Relatório Técnico Final** e o **Mapa de Conhecimento** serão entregues formalmente aos Conselhos Tutelares, Secretarias de Assistência Social, Educação, Saúde e ao Ministério Público do Trabalho nos três municípios-alvo. Isso garante que os achados e as Recomendações Estratégicas se tornem insumos permanentes para a Rede de Proteção local.
2. **Incidência e Monitoramento:** A ASSERTE se compromete a utilizar os dados e as evidências geradas para continuar a incidência junto aos Governos Estadual e Federal, cobrando a implementação das recomendações e buscando a inclusão dos indicadores de subnotificação em planos de ação de longo prazo.

3. **Publicização Ativa:** A metodologia e os principais achados serão publicados em plataformas digitais e em artigos técnicos para acesso livre da sociedade civil e da academia, garantindo o uso do conhecimento gerado.

Fatores Facilitadores e Dificultadores para o Engajamento

Fatores Facilitadores

Relevância dos Dados: A produção de dados primários e contextuais sobre a subnotificação (um tema crítico) cria um interesse imediato em entes públicos e OSCs (como o UNICEF) em utilizar e replicar a metodologia.

Metodologia Replicável: A metodologia mista desenvolvida e validada no Agreste é facilmente adaptável a outros APLs (Arranjos Produtivos Locais) ou regiões vulneráveis no Nordeste, facilitando o engajamento de outras entidades.

Articulação Institucional: O projeto cria e formaliza canais de comunicação com a Rede de Proteção dos três municípios, o que facilita o engajamento e a ação intersetorial continuada após o fim do convênio.

Fatores Dificultadores

Recursos Financeiros: A continuidade da pesquisa ou a expansão para novos territórios após 12 meses depende da captação de novos recursos via editais (nacionais/internacionais) ou emendas parlamentares.

Mudanças na Gestão Pública: A troca de gestores municipais pode gerar descontinuidade no uso das recomendações, exigindo esforço contínuo de articulação e sensibilização.

Cultura de Informalidade: A naturalização do trabalho de infantil é um desafio cultural de longo prazo que não será resolvido em 12 meses, exigindo que o engajamento futuro seja focado em educação e campanhas de conscientização financiadas localmente.